

Junho

2015

Nota Técnica 2 - Considerações Sobre a Nova Metodologia
de Apuração do Balanço de Pagamentos



27

CONJUNTURA

CARTA DE

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
Ministro – Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Marco Aurélio Costa

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais**

Brand Arenari

Chefe de Gabinete

José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1982-8772

carta de conjuntura

Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas

Gecon – Grupo de Estudos de Conjuntura

Equipe Técnica

Fernando José da Silva Paiva Ribeiro (Coordenador)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Paulo Mansur Levy

Colaboradores

Cláudio Hamilton Matos dos Santos
Marco Antonio Freitas de Holanda Cavalcanti

Equipe de Apoio

Alejandro da Rocha Souto Padrón
Felipe dos Santos Martins
Mariana Leite Moraes da Costa
José Bruno Ramos Torres Fevereiro
Pedro Américo de Alemida Ferreira
Hugo Hoffmann Borges

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Carta de conjuntura / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de
Análise e Previsões. – (dez.2007)- . Rio de Janeiro :
Ipea. Dimac, 2007-

Trimestral.

Títulos anteriores: Carta de conjuntura INPES, (maio 1988 -
maio 1990); Carta de conjuntura IPEA, (ago. 1990 - dez. 1998).
Suspensa de 1999 a nov. de 2007.
ISSN 1982-8772

1. Economia. 2. Macroeconomia. 3. Previsão Econômica. 4.
Indicadores Econômicos. 5. Brasil. 6. Periódicos. I. Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões.

CDD 330.05

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

As seções desta carta foram produzidas com informações disponíveis em 15 de abril de 2015.

NOTA TÉCNICA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Fernando J. Ribeiro

Finalizado em 28/05/2015

O Banco Central do Brasil divulgou, no último mês de abril, uma nova versão do balanço de pagamentos brasileiro, ajustado às recomendações da 6ª edição do *Balance of Payments Manual* do Fundo Monetário Internacional (BPM6). Portanto, a partir de agora, o balanço de pagamentos brasileiro está alinhado às melhores práticas internacionais, tornando as estatísticas comparáveis às adotadas em outros países. Compatibiliza-se, também, com as novas Contas Nacionais divulgadas pelo IBGE em março último, já que o BPM6 harmoniza-se com o *System of National Accounts* de 2008 (SNA 2008), que fundamenta as novas Contas Nacionais. As mudanças são explicadas em três notas metodológicas disponibilizadas no sítio do Banco Central.¹ Por ora, as séries com a nova metodologia cobrem apenas o período a partir de janeiro de 2014. Até fevereiro de 2016, serão divulgadas as séries completas para os anos anteriores, embora o BCB não tenha explicitado até qual ano as séries irão retroagir.

Houve mudanças de forma e de conteúdo. Na questão de forma, houve mudanças de denominação de algumas contas – por exemplo, a conta de rendas passa a denominar-se “renda primária”, a conta de transferências unilaterais passa a ser “renda secundária”, o investimento estrangeiro direto passa a ser “investimento direto no país”, e o investimento brasileiro direto passa a ser “investimento direto no exterior” – e mudanças na estrutura analítica do balanço.² Outra alteração significativa diz respeito à convenção de sinais usada no balanço. Antes, era atribuído sinal positivo para operações registradas como crédito (que implicavam entrada de recursos) e negativo para operações de débito (saída de recursos). Agora, créditos e débitos são lançados com sinal positivo. Sinais negativos são utilizados apenas para representar o saldo entre créditos e débitos de uma determinada conta – por exemplo, a balança comercial, a balança de serviços ou o saldo líquido de investimentos diretos. É importante notar, ainda, que houve uma inversão na contabilização das rubricas da conta financeira,

¹ “Nota Metodológica 1 - Estatísticas do setor externo – adoção da 6ª edição do manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento”, novembro de 2014, p... Ver também “Nota Metodológica nº 2 – Transações correntes – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)” e “Nota Metodológica nº 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros) – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)”. Disponíveis em <<http://www.bcb.gov.br/?6MANBALPGTO>>

² O Anexo 1 da Nota Metodológica 1 apresenta a nova estrutura analítica resumida, em conformidade com o BPM6.

de modo que, quando há mais entradas de recursos no país do que saídas (portanto, aumento do passivo líquido), atribui-se valor negativo para o saldo líquido. Com efeito, como o Brasil é receptor líquido de capitais, o saldo da conta financeira é recorrentemente negativo. Na metodologia antiga, este saldo era sempre positivo.

Na questão de conteúdo, preservaram-se os conceitos básicos de lançamento das operações, como o conceito de residência – contabilizando-se no BP somente operações realizadas entre residentes e não residentes no país –, o uso de partidas dobradas para o lançamento das operações e o critério de competência para registro das operações, definido pelo instante em que o valor econômico é criado, transformado, trocado ou extinto. Mas houve mudanças importantes de ordem conceitual e/ou de critério de apuração e apropriação das informações, algumas delas implicando alterações substanciais nos montantes de algumas contas. As alterações são discutidas resumidamente a seguir, sendo que três delas merecem maior destaque:

(i) Foi retomada a apuração de lucros reinvestidos, a exemplo do que era feito até 1999. Entende-se lucros reinvestidos como lucros gerados no país por filiais de multinacionais (ou gerados no exterior por filiais de empresas brasileiras) e que não são remetidos à matriz, sendo, portanto, reinvestidos no país da filial. É uma espécie de “remessa de lucros virtual”, pois não há uma operação cambial associada. Os valores são apurados com base nas pesquisas do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil e de Capitais Brasileiros no Exterior. Os lucros reinvestidos têm como contrapartida um lançamento, de mesmo valor, na conta de investimentos diretos. O impacto no BP brasileiro é um aumento no déficit da conta de remessas de lucros (e, conseqüentemente, no déficit em transações correntes) e um aumento equivalente dos fluxos de investimento direto, no país e no exterior.

(ii) Passam a ser contabilizados no BP os juros pagos a não-residentes no mercado doméstico e em reais, mesmo que não haja sua efetiva remessa para o exterior. A contrapartida desta despesa é o reinvestimento dos recursos na forma de investimento em carteira, na modalidade de títulos de renda fixa. O impacto no BP brasileiro é um aumento no déficit da conta de juros (e, conseqüentemente, no déficit em transações correntes) e um aumento dos fluxos de investimento em carteira no país.

(iii) Na contabilização dos empréstimos intercompanhia (que são parte da conta de investimentos diretos), não é mais relevante a identificação da empresa como sendo matriz, filial, subsidiária ou irmã. O que importa é a identificação da residência do credor e do devedor. Na prática, isso significa que o empréstimo de uma subsidiária no exterior para a matriz no Brasil passa a ser contabilizado como ingresso de investimento direto no país, e não mais como retorno de investimento brasileiro no exterior (cujo efeito era reduzir o saldo líquido de saída de investimento, que muitas vezes acabava por ficar negativo). Analogamente, empréstimos de subsidiárias brasileiras para matrizes no exterior passam a ser contabilizados como investimento direto no exterior, e não mais como um retorno de

investimento estrangeiro. O efeito disso sobre o balanço é aumentar tanto o fluxo líquido de entrada de investimentos diretos no país como o fluxo líquido de saída de investimentos diretos no exterior.

Outras mudanças conceituais relevantes, mas que tiveram impacto menos significativo sobre os valores do balanço de pagamentos, são as seguintes:

(iv) As exportações de bens passam a incorporar qualquer operação de exportação ficta (na qual o bem é vendido a um não-residente, mas permanece no país), além daquelas relacionadas ao programa Repetro, que já eram contabilizadas.

(v) As importações de bens passam a contabilizar as importações de energia elétrica sem cobertura cambial e as importações fictas (por exemplo, a compra de combustível no exterior por empresa brasileira de transporte);

(vi) As operações de triangulação de bens, em que um residente no Brasil adquire um bem em outro país para revendê-lo a um terceiro, passa a ser contabilizada como exportação de bens, registrando-se uma exportação com sinal negativo e uma contrapartida de exportação positiva. Antes, apenas o saldo líquido da operação era contabilizado e entrava na conta de serviços.

(vii) O comércio de bens para processamento era, na metodologia antiga, registrado como uma exportação e, posteriormente, como importação do bem processado. Como não há mudança de propriedade do bem (continua pertencendo a um residente), a nova metodologia determina que apenas o saldo líquido da operação seja registrado na conta de serviços, na nova rubrica de “serviço de manufatura”. O mesmo se aplica para bens de não residentes que são temporariamente importados para processamento no país e posterior exportação.

(viii) Os prêmios de seguro pagos passam a ser repartidos como serviços de seguro e como renda secundária – antes, entravam apenas na primeira. O envio e recebimento de recursos relativos a sinistros serão contabilizados integralmente como renda secundária.

(ix) Parte dos pagamentos e recebimentos de juros passam a ser contabilizados como um serviço financeiro implícito, na rubrica de “serviços financeiros indiretamente medidos” (sifim), implicando redução equivalente na conta de juros. Trata-se de um conceito equivalente ao utilizado nas Contas Nacionais para medir os serviços financeiros.

(x) A conta de serviços incorpora uma nova rubrica de “Pesquisa e desenvolvimento”, que inclui negociação de patentes, processos industriais e *copyrights*. Antes, essas operações eram contabilizadas na conta de capital, como negociação de ativos não financeiros.

(xi) A conta de variação de reservas passa a ser denominada de “Ativos de reserva” e é incorporada à Conta Financeira, no sentido em que se trata de uma troca de ativos financeiros

entre residentes e não residentes. Deixa de ser, assim, meramente uma conta de ajuste final do BP.

É importante notar que as mudanças de contabilização que afetam as exportações e importações de bens fazem com que estes fluxos tornem-se diferentes daqueles apurados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (Secex-MDIC).

No que se segue, busca-se avaliar o impacto da nova metodologia sobre os valores apurados no balanço de pagamentos, tomando-se como referência o ano de 2014, o único ano fechado para os quais se dispõe de dados completos segundo as duas metodologias. A tabela B.1 mostra que houve uma mudança significativa no tamanho do déficit em transações correntes, que teve aumento de US\$ 13,5 bilhões, o equivalente a quase 0,5% do PIB (este já medido segundo as novas Contas Nacionais). A maior parte dessa variação deriva do aumento de US\$ 11,2 bilhões no déficit da conta de renda primária, em função das modificações descritas nos itens (i) e (ii) acima. A balança comercial teve seu déficit aumentado em US\$ 2,3 bilhões – especialmente em função do aumento das importações explicado pelos itens (v) e (vi) acima – e a conta de serviços registrou recuo de US\$ 1,8 bilhão em seu déficit – pela combinação das alterações descritas nos itens (vi) a (x).

O saldo da Conta Financeira sofreu um acréscimo de US\$ 2,6 bilhões na nova metodologia, que equivale, aproximadamente, aos US\$ 13,5 bilhões de aumento das transações correntes menos os US\$ 10,8 bilhões de acumulação de ativos de reserva. As alterações mais significativas ocorreram nas contas de investimento direto e de investimento em carteira, como se detalhará mais à frente.

Todas as alterações nas contas tiveram, como contrapartida, uma alteração de igual monta em alguma outra conta de transações correntes ou da Conta Financeira, de forma que o efeito final sobre o balanço foi zero. A representação prática deste fato é que não houve alteração na variação de reservas (ou “Ativos de reserva” na nova denominação).

TABELA B.1

Balço de pagamentos - 2014 – Metodologias nova e antiga

(Em US\$ milhões)

Contas	2014		Var. Absoluta
	Antiga	Nova	Nova/Antiga
Transações Correntes	(91.288)	(104.835)	(13.547)
Em % do PIB (com novas CN)	(3,89)	(4,47)	
Balança comercial	(3.959)	(6.248)	(2.289)
Exportações	225.101	224.645	(456)
Importações	229.060	230.893	1.833
Serviços	(48.928)	(48.456)	472
Renda primária	(40.323)	(52.167)	(11.844)
Renda secundária/Transf. Unilaterais	1.922	2.036	114
Conta Capital	590	231	(359)
Conta Financeira	(97.809)	(100.360)	(2.551)
Investimento direto	(66.035)	(70.831)	(4.796)
Investimento direto no país	62.495	96.851	34.356
Investimento direto no exterior	(3.540)	26.020	29.560
Investimento em carteira	(30.691)	(37.892)	(7.201)
Investimentos em carteira - passivos	33.531	40.732	7.201
Investimentos em carteira - ativos	2.840	2.840	-
Empréstimos e Títulos de Médio e Longo Prazo (líq.)	(20.208)	(19.702)	506
Outros Capitais	19.125	17.233	(1.892)
Ativos de reserva	-	10.833	-
Erros e omissões	3.722	4.244	522
Varição de reservas	10.833	-	-

Fonte: BCB.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

A tabela B.2 detalha o que ocorreu nas principais rubricas da renda primária. O déficit de lucros e dividendos teve aumento de US\$ 4,7 bilhões, que é totalmente explicado pela incorporação dos lucros reinvestidos relacionados ao investimento direto, conforme a alteração descrita no item (i). A conta de juros teve seu déficit aumentado em US\$ 7,2 bilhões, que é quase todo explicado pela incorporação dos juros de títulos negociados no mercado doméstico (US\$ 7,6 bilhões), em linha com a alteração descrita no item (ii). Houve também uma modificação na composição das rubricas da conta de juros, com a explicitação da renda de aplicação das reservas internacionais e com a substituição da rubrica “Juros de títulos de renda fixa” por “Juros de títulos negociados no mercado externo”. Na verdade, a soma das contas de “Juros de títulos negociados no mercado externo” e de “Renda de aplicação de reservas” é aproximadamente equivalente ao saldo da antiga conta de “Juros de títulos de renda fixa”.

TABELA B.2

Conta de Rendas do Balanço de pagamentos - 2014 – Metodologias nova e antiga

(Em US\$ milhões)

Contas	2014		Var. Absoluta
	Antiga	Nova	Nova/Antiga
Renda Primária	(40.323)	(51.476)	(11.153)
Lucros e dividendos	(26.523)	(31.187)	(4.664)
Lucros e dividendos de invest. direto, exceto	(19.840)	(19.811)	29
Lucros de invest. direto reinvestidos	-	(4.688)	(4.688)
Lucros e dividendos de Inv. Carteira	(6.683)	(6.688)	(5)
Juros	(14.154)	(21.337)	(7.183)
Juros de títulos de renda fixa	(4.419)	-	4.419
Juros de títulos negociados no mercado externo	-	(6.743)	(6.743)
Juros de operações intercompanhia	(3.635)	(3.727)	(92)
Juros de títulos negociados no mercado doméstico		(7.631)	(7.631)
Renda de outros investimentos (inclui juros)	(6.100)	(6.225)	(125)
Renda de aplicação de reservas	-	2.990	2.990
Salários	354	357	3
Renda Secundária	1.922	2.036	113

Fonte: BCB.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

A tabela B.3 apresenta o detalhamento das principais rubricas da conta financeira. O investimento direto no país (antigo investimento estrangeiro direto) teve aumento de US\$ 34,4 bilhões (mais de 50%), em parte explicado pela incorporação dos lucros reinvestidos (US\$ 10,7 bilhões) e em parte devido ao crescimento dos empréstimos intercompanhia (US\$ 23,8 bilhões), valor esse que era contabilizado, na antiga metodologia, como retorno de investimento brasileiro no exterior. O investimento direto no exterior (antes, investimento brasileiro direto) também teve grande aumento (de US\$ 29,6 bilhões, com sinal negativo por se tratar de saída de recursos), por conta dos lucros reinvestidos (US\$ 6 bilhões) e do fato de os empréstimos intercompanhia recebidos de filiais no exterior (da ordem de US\$ 23 bilhões) terem sido deslocados para o investimento direto no país. Por fim, houve aumento de US\$ 7,2 bilhões nos investimentos em carteira, em virtude da incorporação dos juros de títulos negociados no mercado interno em reais, com valores da ordem de US\$ 7 bilhões em 2014 – conforme a alteração descrita no item (ii). As demais rubricas da conta financeira não sofreram mudanças relevantes.

TABELA B.3

Conta financeira do Balanço de pagamentos - 2014 – Metodologias nova e antiga

(Em US\$ milhões)

Contas	2014		Var. Absoluta
	Antiga	Nova	Nova/Antiga
Conta Financeira (ex -reservas)	(97.809)	(111.192)	(13.383)
Investimento direto no país	62.495	96.851	34.356
Participação no capital - exc. lucros reinvestidos	47.303	47.176	(127)
Participação no capital – lucros reinvestidos no Brasil	-	10.698	10.698
Operações intercompanhia	15.192	38.977	23.785
Investimentos direto no exterior	(3.540)	26.020	29.560
Participação no capital, exc. lucros reinvestidos	19.556	19.320	(235)
Participação no capital – lucros reinvestidos no exterior	-	6.010	6.010
Operações intercompanhia	(23.096)	690	23.786
Investimento em carteira - passivos	33.531	40.732	7.201
Investimentos em ações e em fundos de invest.	11.546	11.773	227
Títulos	21.985	28.959	6.974
Investimento em carteira - ativos	2.840	2.840	-
Empréstimos e Títulos de Médio e Longo Prazo (líq.)	20.208	19.702	(506)
Ingressos	69.265	69.302	37
Amortizações	(49.057)	(49.600)	(543)
Outros Capitais	19.125	17.233	(1.892)
Moeda e depósitos	18.890	18.272	(618)
Empréstimos e títulos de CP	(24.438)	(24.896)	(458)
Créditos Comerciais	21.191	21.614	423
Demais	3.482	2.244	(1.238)

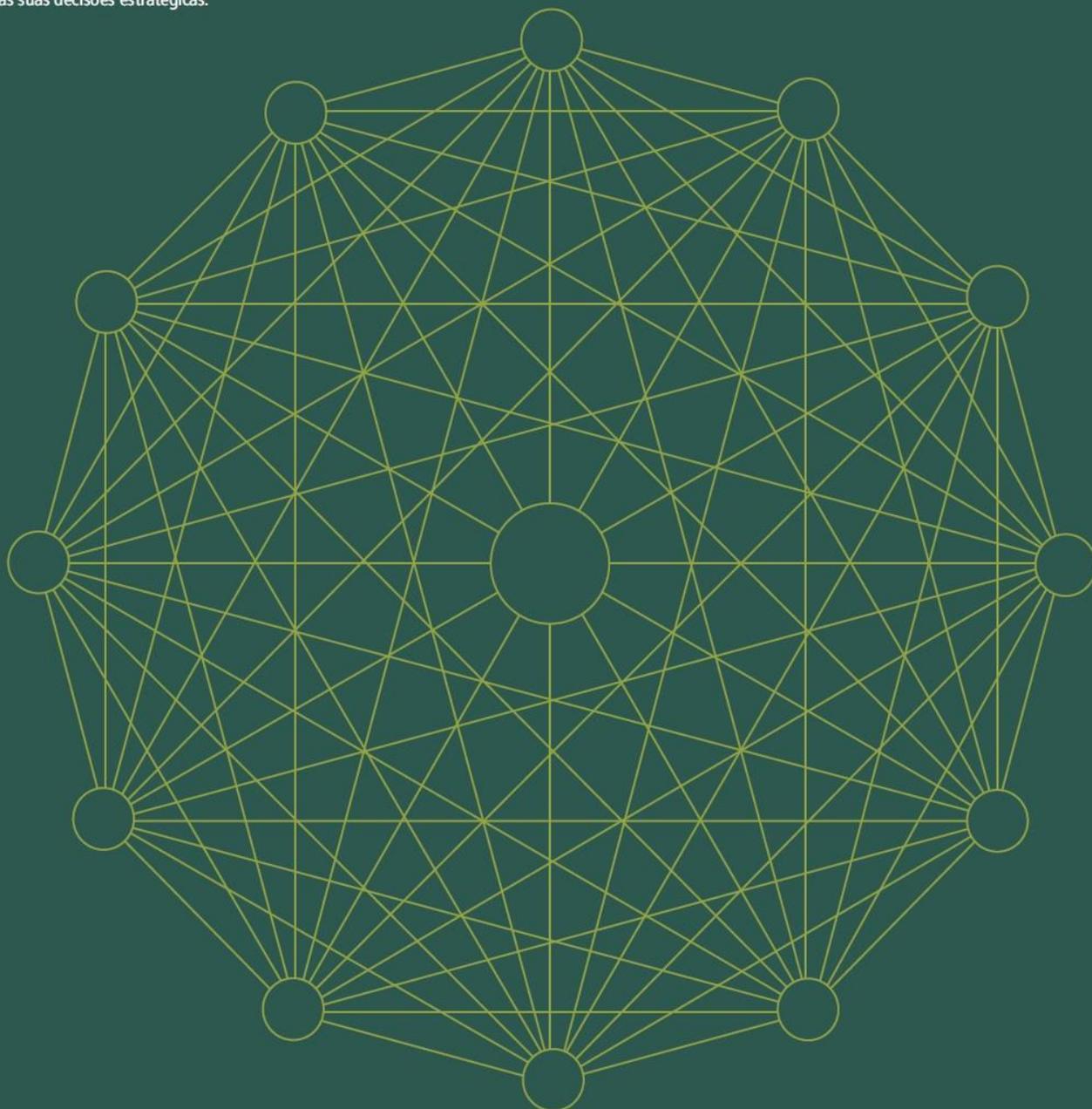
Fonte: BCB.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Um último aspecto a mencionar é que, embora as alterações metodológicas tenham modificado bastante os fluxos de transações internacionais apurados no BP, elas não trouxeram impactos significativos sobre os estoques de ativos e passivos externos, consolidados na chamada Posição Internacional de Investimento. A posição líquida do país ficou negativa (ou seja, passivos maiores do que ativos) em 33,0% do PIB em 2014, ante 33,5% apurados pela antiga metodologia. Deste total, 18,9% referem-se a investimentos diretos, 22,2% a investimentos em carteira e 7,0% a outros investimentos, em contraposição a ativos de reserva da ordem de 15,5%. Parte do passivo externo do país refere-se à dívida externa bruta, que faz parte da PII, ainda que não explicitada. Outras tabelas disponibilizadas pelo Banco Central dão conta de que a dívida externa equivalia a 14,9% do PIB. Grosso modo, cerca de 4,7% do PIB são referentes a títulos de dívida (incluídos no PII como investimento em carteira) e o restante é associado a operações de empréstimo e financiamento que estão diluídas na rubrica de “Outros investimentos”.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

